

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

FASUBRA CUT

Fotos: Cícero Rabello



UFRJ diz não a fundação estatal

A maior universidade federal do país não aprovou o projeto de fundação estatal de direito privado proposto pelo governo Lula. A posição foi tomada pelo Conselho Universitário em sessão ordinária no dia 5 de março, depois de diversas cobranças feitas pela bancada técnico-administrativa do Consuni. *Página 3*

Curso Pré-Vestibular reúne novos e antigos alunos

Ano após ano o SINTUFRJ, que realiza há 22 anos o seu tradicional curso pré-vestibular, promove uma aula inaugural para os seus vestibulandos no início de cada ano letivo. O ritual repetiu-se no fim da tarde de 2 de março, numa cerimônia concorrida, com dirigentes, professores e ex-alunos recebendo os novos alunos no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. *Página 8*



Agnaldo Fernandes explica na assembleia do dia 3 que, por exigência legal, os sindicatos da base da Fasubra com registro sindical devem ratificar a fundação da Federação, depois de mais de 30 anos de luta. *Página 4*

Grupos de trabalho do SINTUFRJ retomam atividades



A semana foi de agenda cheia para os integrantes dos grupos de trabalho. O GT-Carreira, no dia 3, preparou a participação em seminário nacional. O complexo hospitalar e a saúde suplementar foram pauta no GT-Saúde, no dia 4. Também no dia 4 houve a instalação do novo GT do SINTUFRJ, do Plano Diretor, com debate entre a professora Isabel Eiras, da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF, e o professor Pablo Benetti, coordenador do Comitê Técnico da UFRJ. *Páginas 3, 6 e 7*

GTs a todo vapor: de Carreira, no dia 3, Plano Diretor e Saúde, no dia 4

DOIS PONTOS

8 de março: Dia Internacional da Mulher Desigualdades de gênero se aprofundam

A passagem do Dia Internacional da Mulher deve ser marcado pela reflexão sobre as desigualdades nas relações de gênero e que, passados mais de um século de lutas, se aprofundam. Este ano, sob o tema "Mulheres na luta contra a Crise e a Violência", a CUT organizou uma passeata unificada no dia 6, no Centro do Rio, partindo da Candelária e fechando com um show na Cinelândia.

No domingo, as mulheres se concentraram na Praia de Copacabana, pela manhã. A tradicional manifestação unificada das mulheres em comemoração ao 8 de março foi organizada pela CUT em conjunto com outras centrais sindicais, partidos políticos e movimentos de mulheres.



SINTUFRJ vai comemorar – A Coordenação de Educação, Cultura e Formação Sindical está preparando uma bonita comemoração do Dia Internacional da Mulher. Será dia 20 de março. Os detalhes serão divulgados em breve.

Mulheres indígenas

O Centro de Estudos Afranio Coutinho, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, promove o evento "Mulheres indígenas no contexto sócio-educacional brasileiro" que acontecerá no auditório do Roxinho, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, dia 9 de março, de 8h às 17h.

Festa na UFRJ – A Pró Reitoria de Pessoal convida os servidores da UFRJ para os festejos em homenagem ao Dia Internacional da Mulher:

11 horas – Anfiteatro da EBA – sala 614 – Prédio da Reitoria

Palestra: "Conquistas da Mulher na Cidadania, Experiências de Luta"

16 horas: Grêmios da COPPE – Comemoração do Dia 8 de março

Realização: Pró Reitoria de Pessoal e Grêmios da COPPE

Apoio: SINTUFRJ

"Luta pela igualdade entre homens e mulheres continua atual"

Maria da Penha Agazzi Fumagalli, secretária de Gênero da CNQ/CUT, explica o porquê, em artigo para a CUT Nacional:

"Os eventos que envolvem o 8 de março deste ano têm como eixo principal a questão da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho. As mulheres são discriminadas no mercado de trabalho, apesar de igualmente qua-

lificadas, recebem pagamento inferior no desempenho da mesma função e/ou recebem salários menores porque têm acesso apenas às ocupações pior remuneradas.

Portanto, o grande desafio dos movimentos sociais e dos poderes públicos, comprometidos com a igualdade e a justiça social, é contribuir para que se eliminem as desigualdades entre homens e mulheres e se fortaleça a autonomia

feminina nos diferentes espaços da vida cotidiana.

(...) De acordo com os últimos dados disponíveis para o Brasil (2007), temos para o total do emprego formal 59% de homens e 41% de mulheres. Do total das mulheres, 66,2% estão concentradas na área de serviços e apenas 14% na indústria, enquanto que a participação dos homens é de 25% para indústria.

(...) A indústria brasileira (dados de 2007) é responsável por aproximadamente 20% dos empregos formais existentes, sendo que deste total 72% são compostos por homens e 28% por mulheres. Se considerarmos o total dos setores (comércio, serviços, agricultura e indústria), as mulheres respondem por 5,7% do total dos empregos na indústria e 27% na área de serviços."

Aposentados em atividade

O início dos trabalhos da Coordenação de Aposentados em 2009 acontecerá dia 18 de março, às 10h, na subsele do HU. Além dos informes, haverá apresentação do coral da UFRJ. Todos estão convidados. O GT-Aposentados será convocado posteriormente.

Bola volta a rolar no SINTUFRJ

A Coordenação de Esportes anuncia o retorno dos treinos para o dia 12 de março, quinta-feira, às 16h, no Campo da Prefeitura, no Fundão.

Prorrogada inscrição para curso técnico

O Laboratório do Polo Náutico da Escola de Engenharia Naval da UFRJ prorrogou até dia 13 de março o prazo de inscrição para seleção pública do curso de Técnico da Indústria Naval (Tecnaval). A inscrição pode ser feita das 9h às 17h no Polo, ao lado da Garagem da UFRJ. A prova será no dia 21. É preciso que o interessado tenha concluído o nível médio até fevereiro de 2009. Para a inscrição, gratuita, é preciso apresentar cópia do CPF, do histórico escolar e de um documento com foto. Mais informações com Jozivan ou Maurício pelo telefone 3866-6926 ou no site <http://polonautico.wordpress.com/curso-tec-naval/>.

Eleição de Delegados de Base

Em função da importância da participação da categoria no processo de eleição dos delegados sindicais de base, a direção do SINTUFRJ aprovou a prorrogação do prazo de inscrição até o dia 31 de março.

Pode haver candidaturas individuais ou por chapas. Em ambos os casos, deve constar inscrição de titular e suplente.

Antes da eleição haverá reuniões por locais de trabalho, com participação da direção do SINTUFRJ.

Os interessados devem se inscrever o mais breve possível para que a diretoria possa programar as reuniões preparatórias.

As eleições serão realizadas no mês que vem.

EDITAL

A Direção Executiva no uso de suas atribuições contidas em seu Estatuto nos artigos:

26, Inciso XVII: Implantar as Comissões Sindicais de Base e Coordenar a eleição dos respectivos Delegados e Delegadas Sindicais"

43 – Parágrafo 2º: Caso a Comissão Sindical de Base não convoque as eleições definidas no caput deste artigo, caberá à Diretoria Executiva ou ao Conselho de Delegados e Delegadas sindicais fazê-lo.

Torna público o presente edital de convocação para inscrição individual (com respectivo suplente) ou de chapas de Delegados e Delegadas Sindicais de Base que irão compor o Conselho de Delegados e Delegadas Sindicais. Dando cumprimento às Resoluções Estatutárias e Congressuais desta Entidade, onde o mesmo constitui-se em Prioridade Máxima da Direção Executiva do SINTUFRJ.

1 – Da Inscrição

De 10 de dezembro de 2008 a 20 de fevereiro de 2009, na sede ou subsele do SINTUFRJ.

A inscrição será individual ou por chapa, com preenchimento completo do Formulário. E estará à disposição na sede e nas subsele do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho; Praia Vermelha; e Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/IFCS, bem como na página na Internet de nossa Entidade.

O número de Delegados e Delegadas que faz jus a cada Local de Trabalho no ato da inscrição está discriminado no Anexo também desse Edital.

Podem se inscrever todos aqueles que estão em dia com suas obrigações estatutárias.

Para cada Delegado inscrito deverá ser escolhido um Suplente.

2 – Das Eleições

Precedendo a eleição, em cada Local de Trabalho haverá reunião específica para definir se a escolha dos Delegados e das Delegadas ocorrerá pelo critério proporcional ou pelo majoritário.

A Coordenação de Políticas Sindicais, em conjunto com a Secretaria do SINTUFRJ, irá mapear todas as unidades que apresentarem candidatos para sua representação e comunicará ao final do processo de inscrição a Data da Respetiva Eleição, que se dará por votação secreta, em tempo hábil para que possam os candidatos realizar as devidas campanhas em suas unidades, não excedendo o prazo de um mês após o término do período de inscrição.

As reuniões de local de trabalho para as eleições serão agendadas a partir de 3 de março de 2009.

Fica aqui estabelecida, também, a necessidade de uma nova convocação, caso a maioria das unidades não apresente seus candidatos no prazo final dessa primeira convocação.

3 – Do Mandato

Compete autonomamente à Reunião por Local de Trabalho o controle do mandato dos Delegados e Delegadas Sindicais, que no entanto não poderá exceder a 2 (dois) anos.

4 – Da Competência do Conselho de Delegados e Delegadas Sindicais de Base

Composto por Delegados e Delegadas Sindicais, é instância de decisão do SINTUFRJ e hierarquicamente superior à Diretoria Executiva do Sindicato.

5 – Da Competência dos Delegados e Delegadas Sindicais em suas Comissões

Responsabilizar-se pela organização da categoria em seu Local de Trabalho, realizando reuniões constantes e vendo as demandas de cada Local de Trabalho.

Implementar as campanhas e lutas definidas nas instâncias do SINTUFRJ.;

Representar a categoria junto à direção do Local de Trabalho negociando em nome do Sindicato quando se fizer necessário.

Convocar a categoria do seu Local de Trabalho para atos, mobilizações e assembleias do Sindicato.

Convocar a qualquer momento a Coordenação de Organização e Política Sindical e o restante da Diretoria Executiva para auxiliar no encaminhamento das questões relativas ao Local de Trabalho.

CONSUNI

Fundação estatal é negada pelo Consuni

O Conselho Universitário (Consuni) da UFRJ, em sua sessão de 5 de março, tomou uma posição sobre a transformação dos hospitais universitários em fundações estatais de direito privado: os HUs continuam vinculados à universidade. A proposta de resolução, apresentada pelo reitor Aloísio Teixeira, considerou inadequada a proposta de fundação estatal como forma de resolver os problemas do sistema público de saúde. O Consuni considerou também a necessidade de garantir recursos para manter a universalização da saúde. “Fundação estatal não é a solução”, afirmou Aloísio.

A decisão foi provocada pela cobrança da bancada técnico-administrativa sobre um posicionamento oficial da universidade perante o projeto apresentado pelo governo, que, inclusive, remeteu aos conselhos universitários a decisão de manter ou não os HUs vinculados às universidades. O SINTUFRJ, a Fasubra e o movimento sindical como um todo são contrários ao projeto de fundação estatal, pois avaliam que a proposta institucionaliza a privatização no setor público. Na votação houve algumas abstenções. Os conselheiros do CCS

se abstiveram da votação devido ao Centro não ter feito o debate sobre o projeto de fundação estatal.

Bancada reafirma posição

A bancada técnico-administrativa reafirmou ao Consuni a posição contrária do movimento ao projeto de fundação estatal de direito privado e criticou o seu viés privatista. “Mais uma vez reafirmamos a necessidade de se manter o serviço público exercido pelo poder público. A fundação estatal é a manutenção do projeto neoliberal. Saúde, educação e transporte públicos não podem ficar na mão da iniciativa privada”, disse Milton Madeira.

Jéferson Salazar destacou a importância da posição contrária, até para limpar o campo para a discussão sobre o regimento do complexo hospitalar que definirá a sua forma e funcionamento: “Vários conselheiros e diretores se manifestaram contrários à fundação estatal porque eles sabem que o hospital cumpre uma função social importante, que é associar ensino, pesquisa e extensão. Que o conselho se posicione formalmente contra o modelo de gestão proposto e assim possa fazer o debate necessário em relação ao complexo com menos pedras no caminho.”

Roberto Gomes cobrou o compromisso do colegiado: “A decisão foi um compromisso que todos nós assumimos. Esperamos que hoje o conselho se posicione, pois o próprio projeto remete para os conselhos superiores esta decisão.” Ele criticou a privatização do serviço

público de saúde. “Nós temos de manter o direito de acesso universal à saúde: Não podemos correr riscos como com as parcerias público-privadas ou outros projetos que privatizam a saúde”. Por fim, o conselheiro, que é do CCS, lamentou a falta de discussão no

maior centro da universidade e ratificou a necessidade de limpar o campo para a definição do regimento do complexo hospitalar.

Os estudantes também cobram uma posição contrária do colegiado sobre o projeto de fundação estatal de direito privado.

Fotos: Cícero Rabello



BANCADA COBRA, desde o ano passado, posicionamento da UFRJ perante o projeto do governo

SAÚDE

Complexo Hospitalar e Saúde Suplementar em pauta

Próxima reunião do GT será dia 18, às 14h, na subsede sindical do HU

A reunião do GT-Saúde foi corrida e densa. Dois pontos foram discutidos durante toda a manhã de quarta-feira, dia 4: Complexo Hospitalar e Saúde Suplementar. A preocupação do GT é garantir que na definição e funcionamento do complexo não se percam os princípios sociais e públicos que balizam a assistência, o ensino, a pesquisa e a extensão na UFRJ. Muitas dúvidas e questionamentos foram levantados na reunião e o debate foi prejudicado pela ausência justificada do presidente da comissão do complexo, Nelson Souza e Silva, que iria dar alguns esclarecimentos sobre a questão.

Quanto à saúde suplementar, a busca por alternativas à melhoria da proposta da Caixa Assistencial, a utilização das unidades hospitalares da universidade, o aumento do valor pago pelo governo e o aproveitamento da verba que é enviada à universidade e, também, a discussão sobre saúde do trabalhador permearam o debate. Causou perplexidade aos participantes a informação dada pelo atual pre-

sidente da Caixa Assistencial Universitária do Rio de Janeiro (Caurj), Eduardo Santos, de que a UFRJ recebeu até outubro de 2008 R\$ 19 milhões e só utilizou R\$ 336 mil. O que não foi utilizado teve que ser devolvido ao governo.

Santos fez um pequeno histórico sobre a situação da Caurj e apresentou demandas para melhoria do serviço prestado aos associados na UFRJ. Embora seu número de associados tenha tido um aumento significativo, hoje tem 3.500 mil vidas, ainda muito aquém do quadro geral da UFRJ, que é de 44 mil vidas. Na reunião discutiu-se que é preciso saber por que a Caurj e, ou o convênio celebrado não têm atraído a maior parte da categoria, como também fazer um levantamento com a categoria sobre suas reais necessidades.

Os integrantes do GT fizeram um resgate de todo o processo que envolveu a escolha da Caurj – feito pela UFRJ – para fornecer o serviço de saúde definido pelo governo e cobraram explicações sobre o re-

cente convênio celebrado com a Coopetec que acabou sendo firmado em melhores condições do que o celebrado com a UFRJ. Encontrar a melhor forma de atender as necessidades da categoria é uma meta do Sindicato, por isso o GT está retomando a discussão e buscando alternativas para a questão.

O relatório produzido pelo GT para o seminário sobre saúde suplementar realizado em outubro de 2007 foi distribuído aos presentes. Neste documento o GT faz um levantamento de dados e apresenta suas expectativas técnicas e políticas. O GT avalia que a greve foi importante para conquistar no Orçamento a verba para a saúde suplementar dos técnicos-administrativos em educação, mas seus valores são ainda muito insuficientes. O que não quer dizer que se possa perder o pleno e total aproveitamento do recurso como está acontecendo na UFRJ. O estudo é base do debate que continuará nas próximas reuniões, e a forma de reter este recurso na universidade é um dos grandes desafios do movimento.



O que o GT levantou

Tecnicamente:

- . O plano de saúde da UFRJ deve ser diferenciado das empresas privadas (preço menor, qualidade maior, carência flexível, participação no conselho administrativo);
- . Garantia de atendimento de urgência e emergência nacional;
- . O plano deve ter postos de atendimento próximo ao local de trabalho e sua rede credenciada próxima à residência.

Politicamente:

- . Um plano que possa promover políticas de prevenção à saúde do trabalhador;
- . Plano parceiro da DVST;
- . Que a compreensão coletiva seja de parceria com o plano e não mero consumidor;
- . Que a categoria pautar a luta para ampliar os valores oferecidos pelo governo.

MOVIMENTO

Assembleia ratifica fundação da Fasubra

Por uma burocracia do governo, depois de 30 anos de luta e conquistas para nossa categoria, a Federação dos Sindicatos das Universidades Brasileiras (Fasubra Sindical) se viu às voltas com a necessidade de que os sindicatos realizem assembleias para referendar sua criação. Caso contrário – por incrível que pareça – a Fasubra poderia perder seu registro. Mas não se depender da UFRJ.

Convocada com mais de 30 dias de antecedência, conforme determinação estatutária da Federação, a assembleia do dia 3 de março, no Quinhentão (CCS), aprovou, com apenas uma abstenção e um voto contra, a reafirmação da fundação da Fasubra.

Agnaldo Fernandes, ex-coordenador da Federação, foi convidado a explicar a importância da aprovação: a Federação foi fundada em 1978 e congregava as associações de servidores das universidades que vieram anos depois a se transformarem em sindicatos. Por exigência do Ministério do Trabalho, as entidades filiadas que já possuem registro formal (como o SINTUFRJ) devem ratificar a fundação.

Plenária estatutária

Também estava na pauta da assembleia, que contou com quórum - em segunda chamada - de 99 sindicalizados, a eleição de delegados à plenária estatutária da Fasubra, realizada entre os dias 6 e 8 em Brasília. Na pauta do encontro nacional, além de informes da direção e da base, constaram, no

ponto da conjuntura, o acórdão do Tribunal de Contas da União sobre as Fundações de Direito Privado e o decreto de autonomia. A plenária tratou ainda de alterações do estatuto da Federação, aprovação do regimento do XX Confasubra e prestação de contas de 2008.

O coordenador do SINTUFRJ Francisco de Assis chamou atenção para alguns pontos: o relatório do TCU que trata da terceirização e sobre as irregularidades encontradas em fundações de direito privado. Para o coordenador, é necessária ação civil pública para que se abra concurso público para todos os cargos que sofreram terceirização.

O coordenador apontou outro tema polêmico: se a Federação deve ou não ter eleição direta. Para ele, seria difícil, em particular do ponto de vista financeiro, que cada candidato visitasse a base (em todo país) para apresentar seu programa. E que quando são eleitos delegados aos congressos eleitorais, estes representam os que os escolheram. Ele criticou ainda o fim da cláusula de barreira: “Se um companheiro não consegue 10 votos entre 100, que representatividade ele tem?”, questionou.

Delegação

A única chapa apresentada – do coletivo Tribo – foi eleita com a maioria dos votos e 10 abstenções.

Os delegados do SINTUFRJ são Boaventura Souza Pinto, Iaci Amorim de Azevedo, Arnaldo Gonçalves Bandeira, Edmilson Gomes, Francisco de Assis e Paulo dos Santos.



OS COORDENADORES-GERAIS Francisco de Assis e Iaci Azevedo

Inclusão de pauta

Antes do início dos trabalhos, conforme prevê o estatuto do SINTUFRJ, houve proposta de inclusão na pauta da resolução administrativa 01 de 2 de março de 2009, que dispõe sobre nova metodologia para cálculo de jornada de trabalho e remuneração dos trabalhadores que exercem a função de professores e instrutores de dança no SINTUFRJ (leia a íntegra do documento na página 5).

A proposta foi formalizada pelo sindicalizado Francisco Carlos, segundo ele explicou, em função do impasse ocorrido na votação da diretoria na reunião do dia dois de março sobre o tema (a votação foi 12 a 12) e considerando a necessidade de implantação e pagamento dos salários dos funcionários do SINTUFRJ do mês de fevereiro.

O coordenador-geral Jéferson Salazar disse que o ponto não poderia entrar em pauta, pois o edital de convocação da assembleia fora publicado em jornal de grande circulação apresentando pauta específica há mais de 30 dias.

O coordenador-geral Francisco de Assis fez a leitura do estatuto, nos artigos 15, 16 e 17, e encaminhou para deliberação do plenário sobre se caberia ou não a inclusão do tema na pauta da assembleia.

Agnaldo Fernandes ponderou que o tema era delicado, que dizia respeito aos professores do Pré-Vestibular, curso com reconhecimento no Rio de Janeiro, inclusive por companheiros da categoria que tiveram acesso ao ensino superior devido ao CPV: “Esse assunto deveria ser esgotado no âmbito da diretoria. Caso não fosse possível, que as partes expusessem suas posições para que se pudesse deliberar com todos conscientes do assunto.”

A coordenadora-geral Iaci Azevedo apontou que o assunto foi esgotado em reunião de diretoria: “Nós fizemos um estudo e o cálculo está sendo feito errado. Os companheiros (da CSD) não querem acatar”, explicou, concluindo: “Eu acato o pedido da

categoria, que são os donos do sindicato.”

A questão foi a voto. Por ampla maioria a favor, nove contrários e três abstenções, foi aprovada a inclusão do tema na pauta.

O coordenador Jéferson pediu declaração de voto: “É um equívoco a inclusão de um tema que não está na convocação, o que pode levar à nulidade da assembleia. Em decorrência disso eu me retiro da mesa, não da assembleia”, disse, permanecendo até a definição dos tópicos originalmente anunciados.

Por não concordar com a decisão de inclusão do ponto na pauta, o coletivo da CSD retirou-se do plenário. A resolução foi aprovada por ampla maioria, com quatro abstenções.



O COORDENADOR JÉFERSON pediu declaração de voto



FRANCISCO CARLOS solicitou inclusão do ponto na pauta

PR-4 ainda não tem resposta para a crise na DVST

A DVST estaria ameaçada? O tema também foi tratado na assembleia do dia 3. A direção da Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST) foi acusada pela psicóloga Alzira Neves Monteiro de conduta arbitrária e antiética. A servidora foi avisada, em fevereiro, de que está à disposição da Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) e que o Programa de Psicologia da DVST foi extinto. Duas pacientes contaram que foram expulsas da sala pelo coordenador de Programas Especiais.

A PR-4 decidiu que os pacientes serão atendidos no Polo

de Saúde criado pela DVST em conjunto com o Instituto de Psiquiatria e colocou uma viatura para o transporte até o campus da Praia Vermelha. Mas a Pró-Reitoria ficou de analisar o relatório da psicóloga e documento da Ouvidoria da UFRJ com denúncia de pacientes.

“É uma questão política. Não da pessoa da Alzira. Existe um projeto político de acabar com a promoção e atenção à saúde. Qual, de fato, é o programa que eles têm para os trabalhadores da UFRJ?”, questionou Alzira. Ela aponta que acabaram com um programa da

DVST e colocaram uma Kombi para levar os usuários à Praia Vermelha. Ainda segundo ela, três colegas foram desrespeitados.

O coordenador Francisco de Assis informou que a Coordenação Geral do SINTUFRJ marcou uma reunião com os trabalhadores e a DVST.

O superintendente de Pessoal Roberto Gambine sustenta que não há desmonte. Disse que na Divisão foram feitos quase mil exames admissionais e que se conseguiu nomear todos os recém-concursados em tempo recorde: “Os programas estão todos funcionando. Estão

querendo criar uma situação de crise política”, comentou.

Ele contou ainda que está sendo feita apuração de acordo com o que foi publicado no Jornal do SINTUFRJ diante das denúncias de funcionários para avaliar a conduta do chefe da seção: “Ela está à disposição, e em princípio não há decisão para voltar. Mas não há retirada do serviço. Reafirmo que continua o acompanhamento às pessoas que estão sendo atendidas através do programa desenvolvido em conjunto com o Ipub. Não consigo observar desmonte.”

E a prevenção? - A PR-4 convidou a Caixa Assistência Universitária (Caurj) para discutir o oferecimento para docentes e técnicos-administrativos ativos da UFRJ de um programa de saúde preventiva e exames preventivos. “A ideia é usar a estrutura da Caurj em um convênio sem que o servidor tenha a necessidade de aderir ao plano de saúde oferecido pelo convênio. Será feito levantamento de informações para elaboração do programa, mas a ideia é que se concretize ainda no primeiro semestre”, disse Gambine.

MOVIMENTO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01, DE 2 DE MARÇO DE 2009

Define junto ao DP/RGM nova metodologia para cálculo da jornada de trabalho e remuneração dos trabalhadores que exercem a função de Professores e Instrutores de dança no SINTUFRJ.

A Diretoria do SINTUFRJ, no uso da competência a ela conferida pelo Estatuto e em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho adota esta resolução administrativa em substituição ao documento que definiu a carga horária dos professores desde o ano de 2003.

Considerando que:

- O documento assinado em 2003, com efeitos a partir de 01/04/03, definiu de forma nominal a carga horária dos professores e não das disciplinas do CPV;

- O documento não explicita se a quantidade de horas de cada professor se refere à hora de trabalho ou quantidade de horas/aulas e com isto o DP-RGM pode ter incorrido em erro na aplicação da jornada de trabalho e consequentemente da remuneração dos trabalhadores;

- O contrato coletivo de trabalho define, no seu parágrafo 7º da cláusula 1ª, o valor hora/aula dos professores a partir do fator 131,27 que representa a razão entre o salário básico correspondente ao nível de classificação E, e seu posicionamento na tabela a partir do tempo de serviço no SINTUFRJ e o seu valor hora/aula. Considerando ainda que a REMUNERAÇÃO seja o produto entre este fator e o total das horas/aulas mensais em dobro. Entretanto na aplicação deste fator nunca se definiu a REMUNERAÇÃO e sim o vencimento básico para ser acrescido das outras vantagens;

- O contrato coletivo de trabalho no item II do parágrafo 7º da cláusula 1ª define que a carga horária de cada professor é definida pela proposta pedagógica e respectiva grade de horário de cada ano;

- Não houve alteração na quantidade de turmas e nem das disciplinas;

Resolvemos determinar o seguinte:

Art. 1º - Para atender à Port. 240/MEC fica definido que a partir desta data o tempo de aula das disciplinas do curso pré-vestibular será de 40 minutos para todas as turmas.

Art. 2º - Em adequação à proposta pedagógica de 2009, fica definido que a partir desta data as disciplinas do CPV, da oficina de música e da dança serão distribuídas por tempos de 40 minutos com a seguinte quantidade de tempos de aula por semana:

a) Português e Literatura	05 tempos por turma
b) Redação	01 tempo por turma
c) Geografia	04 tempos por turma
d) Matemática	06 tempos por turma
e) Política e Sociedade	02 tempos por turma
f) Biologia	04 tempos por turma
g) Química	05 tempos por turma
h) Física	05 tempos por turma
i) Inglês	02 tempos por turma
j) Espanhol	02 tempos por turma
k) Orientação Profissional	03 tempos por turma
l) História	04 tempos por turma
m) Educação Física	08 tempos de aula
n) Música	03 tempos por turma
o) Instrutor de Dança de Salão	06 tempos por turma

Art. 3º - A carga horária mensal de cada professor no ano de 2009 será o dobro da quantidade de tempos de aula que foi ministrado multiplicado por cinco semanas.

Parágrafo primeiro: No cálculo da jornada de trabalho o total de tempos de aula deve ser multiplicado por 40 minutos e divididos por 60 minutos.

Ex1: Física com quatro turmas igual a um total de 20 tempos semanais (20 tempos X 2 planejamento) = 40 tempos x 5 semanas = 200 tempos de 40 minutos. Considerando $200 \times 40 = 8000$ minutos/60 minutos = 133,33 horas de trabalho. Logo o total de 200 tempos de hora/aula significa uma jornada de trabalho de 133,33 horas por mês.

Ex2: Matemática com quatro turmas igual a um total de 24 tempos (24 tempos X 2 planejamento) = 48 tempos x 5 semanas = 240 tempos de 40 minutos. Considerando $240 \times 40 = 9600$ minutos/60 minutos = 160 horas de trabalho. Logo o total de 240 tempos de hora/aula significa uma jornada de trabalho de 160 horas por mês.

Parágrafo segundo: No cálculo da jornada de trabalho dos Instrutores de dança será considerado o mesmo princípio do cálculo dos professores para definir a sua remuneração.

Parágrafo terceiro: A quantidade de vale-transporte e vale-refeição será o resultado da metade da jornada de trabalho dividido por seis horas.

Ex1: Professor com um total de 160 horas de jornada de trabalho. A quantidade de vale-refeição será 80 horas divididas por 6h e o resultado será 13 vales-refeição por mês. Treze dias de vale-transporte.

Ex2: Professor com um total de 133,33 horas de jornada de trabalho. A quantidade de vale-refeição será 66,67 horas divididas por 6h e o resultado será 11 vales refeição por mês. Onze dias de vale transporte.

Art. 4º - A partir da presente resolução a REMUNERAÇÃO do professor será calculada conforme estabelecido pelo contrato coletivo de trabalho da seguinte forma:

Ex1: Professor E1-9 com 200 tempos de aula mês - valor da tabela igual a R\$ 1.889,72. Na aplicação do fator definido no contrato coletivo de trabalho será o seguinte:

Remuneração = R\$ 1.889,72 dividido por 131,27 o valor hora/aula será igual a R\$ 14,40. Logo seu valor hora/aula de R\$ 14,40 será multiplicado pela jornada de trabalho mensal de 133,33 horas e o resultado da sua remuneração por mês será igual a R\$ 1.919,38 brutos.

Ex2: Professor E1-6 com 240 tempos de aula mês - valor da tabela igual a R\$ 1.699,49. Na aplicação do fator definido no contrato coletivo de trabalho será o seguinte:

Remuneração = R\$ 1.699,49 dividido por 131,27 o valor hora/aula será igual a R\$ 12,95. Logo seu valor hora/aula de R\$ 12,95 será multiplicado pela jornada de trabalho mensal de 160 horas e o resultado da sua remuneração por mês será igual a R\$ 2.071,44 brutos.

Art. 5º - Fica imediatamente suspenso o pagamento das parcelas dos passivos trabalhistas aos que exercem cargo de professores e Instrutores de dança de salão.

Art. 6º - A CAF junto com o DP/RGM fará uma revisão do pagamento dos últimos cinco anos dos cargos de professores e instrutores de dança de salão e a diferença dos valores pagos a maior serão ressarcidas aos cofres do SINTUFRJ em planejamento posterior.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data com efeitos financeiros na folha de pagamento de fevereiro.

DIRETORIA EXECUTIVA DO SINTUFRJ

Informes da AG

Fotos: Cicero Rabello



Foi o que apontou Sebastião Oliveira (Zizo), ponderando que os movimentos sociais vivem um momento de refluxo e o sindicato é um instrumento importante. Argumentou que todos são responsáveis pela correção de rumos.



Planejamento, orçamento e gestão

Crítica ao preço do bandeirão

IR sobre férias, não!

Francisco Carlos lembrou que a Receita Federal informou que sobre férias não deve haver desconto de Imposto de Renda e que isso deve ser retroativo há cinco anos. Ponderou que é um valor considerável de desconto indevido. E pediu à diretoria do SINTUFRJ para levantar dados.

Segundo a Agência Brasil, as empresas não poderão mais reter na fonte o Imposto de Renda relativo aos dez dias de férias vendidos por seus empregados. A legislação que desobriga a retenção foi publicada no *Diário Oficial da União*

CARREIRA

GT prepara participação em seminário

Próxima reunião será dia 17, às 14h, na subsede no HU

A reunião do GT-Carreira, dia 3, foi convocada em caráter extraordinário em razão da plenária e das atividades que estão ocorrendo na Fasubra. Nesta reunião, que contou com a participação de 21 companheiros, foi apresentado o relatório da plenária final do 9º Congresso do SINTUFRJ e o material sobre o seminário nacional de aprimoramento da carreira com o quantitativo de ativos da UFRJ, assim como o quadro reunindo o número de trabalhadores técnico-administrativos com os seus níveis de capacitação e qualificação. Na reunião do GT houve debate para preparar a intervenção do SINTUFRJ sobre a questão.

No dia 10 de março a Federação realiza seminário nacional para iniciar o debate e a reflexão sobre os elementos da carreira que necessitam de aprimoramento. O objetivo é identificar as necessidades de evolução da carreira, do ponto de vista conceitual e estrutural, recuperando elementos do PCU do projeto de carreira de 1994, diante da realidade atual do mundo do trabalho e das Instituições Federais de Ensino Superior. Este seminário, que é indicativo, será desdobrado em seminários regionais e locais para que se amplie e amadureça o debate. Na reunião do GT-Carreira do Sindicato, após discussão e encaminhamentos, os companheiros escolhidos para ir ao seminário foram os dirigentes Carlos Pereira, Nilce Correa, Nivaldo Holmes, Roberto Gomes e, pela base, Hilda Regina Martins.

No GT o coordenador Nivaldo Holmes lembrou a inclusão no debate do seminário sobre a resolução do Vencimento Básico Complementar (VBC). Com a nova carreira, uma parcela significativa da

categoria teve parte do salário desmembrada em decorrência do step e dos pisos baixos. A Fasubra se comprometeu com esta pauta, mas parece que ela ficou esquecida ou se perdeu ao longo do tempo. Outra questão levantada foi a cobrança do estudo do Dieese e terceirização, outro compromisso assumido com a categoria pela Federação.

O coordenador Francisco de Assis dividiu sua preocupação com os

participantes de que é preciso, mesmo diante das propostas aprovadas no Congresso do SINTUFRJ, realizar uma discussão mais atual, madura e responsável. Para ele, alguns pontos precisam ser reafirmados e outros rediscutidos. A coordenadora Nilce Correa chamou a atenção para a luta pela ascensão funcional, que não deve ser esquecida e que deve ser reafirmada sempre. Esta é outra cobrança a ser feita à Fasubra.

A coordenadora Iaci Azevedo destacou a importância de o GT produzir um documento formal para ser encaminhado à direção no que se refere aos cursos de capacitação. O objetivo é embasar o Sindicato para que este cobre da Reitoria a implantação dos programas de capacitação na UFRJ. Roberto Gomes, que faz parte da Comissão Interna de Supervisão da Carreira, relatou as ações e também as co-

branças feitas à UFRJ em relação às demandas da Carreira, que, apesar das promessas da Reitoria, ainda não tiveram efeitos práticos.

A próxima reunião do GT-Carreira ficou marcada para o dia 17 de março, às 14h, na subsede sindical no HU. Nesta reunião será aprovada a minuta do documento que será encaminhado à direção para a cobrança das demandas da Carreira à Reitoria.



Foto: Cícero Rabelo

Conheça algumas propostas aprovadas no 9º Congresso

A meta principal de luta é o PCU. Lutamos por aperfeiçoar o atual PCCTAE destacando os seguintes tópicos:

1. Ascensão funcional.
2. Concepção de carreira: estrutura e matriz salarial. Resgatar a linearidade, através do aumento de 2 para 4 níveis de interpolação e de 4 para 7 níveis de capacitação, tendo como referência a matriz de 2006, em até 3 anos, a partir do início da implementação.
3. Garantir o piso histórico de 3 SM e step de 5%, constante.
4. Racionalização: lutar pela recuperação dos cargos em extinção.
5. Anexo IV: lutar pelo aumento dos percentuais de incentivo à

qualificação, com o mínimo de 3 níveis de escolaridade acima da experiência do cargo.

6. Garantir o retorno dos critérios de aproveitamento de cursos de capacitação, nos moldes da fase de enquadramento, em que se levava em consideração o cargo/e ou o ambiente organizacional.

7. Que a direção do SINTUFRJ cobre da Reitoria a implementação do PDI, PDIC e os Programas de Desenvolvimento. E que o SINTUFRJ leve à Fasubra a mesma cobrança junto à Andifes e ao MEC.

8. Lutar pela implementação de 1% da folha de pagamento das IFES para aplicação nos planos de desenvolvimento da carreira.

Terceirização nos Hus

O que a Reitoria fez acerca do acordo feito por orientação da Controladoria-Geral da União sobre o pessoal terceirizado dos Hospitais Universitários? São em torno de mil profissionais. A UFRJ deve regularizar a situação, pois estes profissionais não podem ficar sem salários e os hospitais sem este contingente, sob o risco de afetar as atividades. Quais as providências?

Segundo o superintendente de Pessoal Roberto Gambine, a Reitoria da UFRJ, durante esta semana, “providenciará o pagamento do salário de fevereiro do pessoal dos hospitais que trabalhava sob o regime de cooperativas.”

A Reitoria, diz ele, está respondendo à Justiça sobre a situação funcional desses trabalhadores e dedicando esforços para uma solução que regularize a situação: “A Reitoria e os diretores das Unidades Hospitalares da UFRJ trabalham para que não haja nenhuma interrupção dos serviços nem a dispensa imotivada desses trabalhadores”, explicou o superintendente.



UNIVERSIDADE

Criado GT do SINTUFRJ para intervir no plano diretor

É hora de apresentar ideias

O SINTUFRJ já tem seu grupo de trabalho para discutir, influir no Plano Diretor em elaboração por um Comitê Técnico que pretende mudar as feições do Fundão. A iniciativa é importante porque, no dia 26 de março, uma versão aprimorada do plano será apresentada ao Conselho Universitário. O debate segue até junho, quando o colegiado voltará a se reunir para deliberar.

O GT foi instalado na tarde de quarta-feira, dia 4. Foram convidados para o debate sobre a elaboração de um plano diretor participativo a professora Isabel Eiras, da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF, e o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Pablo Benetti. Coordenador do Comitê da UFRJ, Benetti alerta: “Está na hora de colocar ideias.”

Isabel abordou o medo da mudança, em especial aquelas que alteram a rotina. E mostrou a importância de participarmos em algo que afeta tão diretamente nossas vidas, como esse novo perfil que se pretende para o campus.

Benetti apresentou o plano, como tem feito seguidas vezes em fóruns institucionais ou não, com novidades, como a possibilidade real da construção de habitações para locação social no campus para funcionários, professores e alunos, integrando segmentos e classes.

Utopia

Como se sabe, o plano é pretenso. Quer a integração interna e com a cidade. Mais gente em espaços comuns no campus com qualidade de vida. Uma utopia?

Bem, como argumentou Isabel, o melhor lugar, que é a ideia da utopia (citando Thomas More), não existe, mas é salutar almejá-lo: “A gente vai perseguir o melhor.”

Mas os formuladores do plano garantem que essa ambição é factível, e que há recursos provenientes



Foto: Cícero Rabelo

ISABEL EIRAS, da UFF, explicou a importância da participação na construção do Plano

tes do Programa de Reestruturação e Expansão do governo. “Esses recursos já estão garantidos”, diz o Benetti.

Segundo a professora, um plano diretor, antes formulado em gabinetes, hoje deve contar com a população em audiências públicas: “Estamos planejando para quem? Se não nos responsabilizamos pela cidade em que vivemos quem o fará? Das 50 mil pessoas que aqui estão, quais se interessam e se responsabilizam pela cidade? Quem se envolve?”, argumentou. Ela conta que, se antes a ideia de planejamento era segregar e ordenar, hoje prevalece a de distinguir e unir para integrar: “Todo mundo deve acompanhar par e passo”, ensinou.

Locação social já

Benetti anunciou que no dia 26 de março o comitê apresenta ao conselho superior uma segunda versão do plano, incorporando o debate dos grupos de trabalho da Praia Vermelha e unidades isoladas. Até junho será feito o debate para recolher contribuições.

Na exposição do plano, mostrou a proposta de integrar atividades em centros de convergência — reunindo restaurantes, residências

bibliotecas, auditórios e unidades acadêmicas, distribuídos pelo campus.

“A habitação social é algo que pode ser imediato, se conseguirmos recursos. Não é do PRE”, explicou o professor, comentando que há entusiasmo por parte do Ministério das Cidades e da Secretaria Nacional de Habitação. Há expectativa de nova reunião ainda este mês, quando se aguarda uma resposta. Os recursos viriam em forma de empréstimos, pagos com o aluguel das unidades para as famílias de docentes, estudantes e técnicos-administrativos.

O programa residencial deverá até 2020 atender 10% da comunidade universitária nos três segmentos. Serão 10 mil unidades para acolher entre 15 e 20 mil pessoas. Proximidade do trabalho ou estudo, qualidade na mobilidade, redução de custo com transporte, revitalização dos espaços comuns da Cidade Universitária são alguns dos atrativos.

O que está planejado?

Até 2012 a expansão prevê o complemento de edificações existentes com recursos da ordem de R\$ 86,1 milhões, englobando a fase 2 do restaurante universitário, restaurantes satélites no CCMN e no CT, residências universitárias, expansões dos centros (CCJE e CFCH, do bloco F do CCMN, das salas de aula do bloco A do CT, do bloco J do CCS, a biblioteca unificada do CT), auditórios e bibliotecas, ciclovias e terminal de integração.

Para 2016, são previstos a implantação da linha de trem da SuperVia, transporte hidroviário e instalação de novas unidades residenciais, comerciais e acadêmicas.

Para 2020, será a vez do Parque Orla, do Centro comercial, cultural e de serviços, da nova Reitoria, da abertura do novo canal da Reitoria, do clube universitário.

Questionamentos

Petronila Diniz questionou os danos ambientais causados pelas obras no campus. O professor Benetti explicou que a questão ambiental está sendo acompanhada pelo Horto da Prefeitura. Jéferson Salazar perguntou sobre o aproveitamento da ilha do Catalão. “Precisamos de ideias. É um lugar de beleza incrível. Vamos fazer um GT para elaborar um concurso para um parque na orla do Catalão”, disse Benetti.

Nivaldo Holmes indagou sobre a integração do plano com a despoluição dos canais do Fundão. “As duas áreas cedidas para o projeto de despoluição da Baía estão atrás do CT e da estação de tratamento de esgoto. A gente vai ter que ficar

de olho aberto. A contrapartida é o saneamento da Vila Residencial”, explicou o professor.

Francisco de Assis perguntou sobre as novas instalações para as entidades e sobre a sede campestre do SINTUFRJ. Benetti explicou que o prédio da nova administração central projetado para 2020, próximo ao Cepel, abrigará entidades dos docentes, estudantes e servidores. E sugeriu que o Sindicato formule proposta para a sede campestre.

Jéferson ponderou que, embora bem fundamentado, o plano parece pronto e que perde muito em termos de colaboração. Francisco Carlos sugeriu a realização de audiências públicas para apresentação, antes da deliberação.

Nivaldo lembrou a necessidade de centros de treinamento para a categoria diante das demandas da Carreira. Isaías Gonçalves não localizou informações sobre planos para a Creche Universitária.

O professor explicou que há projeto de reunir a Creche e o CAP em torno da Faculdade de Educação, na área do CFCH. Disse que o Centro de Treinamento pode ser incorporado às novas edificações. E argumentou que as diretrizes do plano foram amplamente divulgadas e que a Universidade tem mecanismos de representação nos colegiados superiores. E acrescentou que a proposta de audiência pública é um mecanismo que poderia ser adotado.



PABLO BENETTI apresentou o Plano Diretor da UFRJ



RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS no CCMN

Vila Residencial tem atenção do GT

Jéferson questionou o fato da Vila Residencial estar fora dos planos para o novo campus. Francisco ponderou que a ilustração do zoneamento do plano parece ignorar a Vila.

Benetti explicou que o traçado do trem de levitação magnética passando pela Vila não é casual. Disse que a Vila está em processo de regularização fundiária, o que significa a passagem de domínio: a Universidade deixa de ser a concessionária. A concessão passa aos moradores e não se inclui no projeto acadêmico. Segundo ele, há um projeto importante, do qual é coordenador, que reúne diversas unidades da UFRJ, como a FAU e a Enfermagem, que garantem atenção à Vila.

Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ: um investimento para a categoria

Fotos: Cícero Rabello

Ano após ano o SINTUFRJ, que realiza há 22 anos o seu tradicional curso pré-vestibular, promove uma aula inaugural para os seus vestibulandos no início de cada ano letivo. O ritual repetiu-se no fim da tarde de 2 de março, numa cerimônia concorrida, com dirigentes, professores e ex-alunos recebendo os novos alunos no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

O enorme calor não afastou a participação do alunado deste ano — 286 ocupam todas as vagas —, que assistiu até de pé e ouviu com paciência e atenção a história do curso, explicações e experiências dos veteranos. Para quem chega há muita esperança de vencer o desafio de entrar para uma universidade pública. Para quem já saiu e conseguiu, há o orgulho de ter alcançado esta vitória.

Perspectivas - Adelina Salustiano, 43 anos, está cursando pela segunda vez o CPV. Esposa de um funcionário da Reitoria, ela diz que agora, como está mais dedicada, vai com tudo. Ela chegou a apostar com o filho — que faz um curso particular — para ver quem vai passar.

Recém-concursado, Alberto Santos, 43 anos, da PR-4, fala que ouviu muitos elogios do curso e acabou incentivado. Assim como ele, outros concursados estão fazendo o curso. “Temos que aproveitar as oportunidades”, ensina.

A nova carreira foi o que levou Eudison Cândido, 53, da DVST, a voltar ao CPV. “Me deu um gás”. Há 12 anos na UFRJ, ele diz que completar a formação com o nível superior trata-se até de ganhar respeito. “Parece que é melhor quem tem nível superior. Como disse Jonhson, olham a gente meio assim.”

A oportunidade que também é dada a outros trabalhadores de sindicatos da base da CUT é um grande exemplo e exercício de solidariedade de classe. Albérico Mello, 53 anos, funcionário da SuperVia, soube do CPV através do Sindicato dos Funcionários da Central do Brasil e se encheu de coragem. “Meu sonho é fazer uma faculdade. Não sei nem como, mas vou tentar.” Colegas seus de trabalho também estão no curso.

Diretores alunos - Dirigentes do SINTUFRJ têm o CPV como elo nas suas vidas. Jonhson Braz, diretor de Comunicação, depois de três tentativas passou em 1999 para o curso de Direito. Hoje é pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal e faz MBA em Gestão de Projetos pela Escola Politécnica da UFRJ. Ele fez um protesto contra propostas apresentadas por metade de diretores do SINTUFRJ que atingiriam professores do CPV e que seriam levadas à próxima assembleia.

O coordenador-geral do SINTUFRJ Francisco de Assis rebateu



A ESPERANÇA dos novos alunos e a gratidão dos que tiveram seu objetivo alcançado permearam os olhares do público

as críticas, dizendo que não era verdade a informação de que as medidas foram decididas porque o tema seria levado à assembleia no dia seguinte.

Carlos Pereira, diretor de Políticas Sindicais, cursa o CPV pela terceira vez e espera conseguir concluir o curso e poder fazer sua faculdade de arquitetura. Sua realidade, dificuldade de conciliar trabalho e vida pessoal com os estudos, reflete a de muitos trabalhadores. Por isso, o CPV tem uma proposta pedagógica voltada para a realidade de suas vidas. “Tenho 20 anos de universidade e acho que o CPV é uma troca de saberes. Os

professores nos ensinam a técnica e enriquecem a nossa formação, nós apresentamos o que acumulamos profissionalmente. Não se trata apenas de passar para uma universidade”, declara.

Vitoriosos - Já virou tradição também na aula inaugural o depoimento de ex-alunos. Thiara Nascimento, Thaís Patrícia, Taiana Oliveira, Virgínia Gomes, Henrique Alvarez e Eliete Ramos falaram para os vestibulandos sobre suas histórias e a necessidade da dedicação e da perseverança nos estudos. Com isso, cada um, a sua maneira, prova que o sonho de melhor formação, e

numa universidade pública, é possível e viável.

Thiara passou para psicologia na UFRJ e Uerj. “Fiquei sete anos sem estudar, mas me dediquei”. Thaís passou para história na UFF e Uni-Rio. “Fiz dois anos de curso. O primeiro foi de bobeira, o segundo me dediquei. Estudava dia e noite. Mas recompensa no final”. Taiana passou para matemática na Uerj e artes cênicas na UFRJ. Virgínia passou para serviço social na UFRJ. E Henrique passou para história na UFRJ, como também para ciências políticas na Uni-Rio. “O curso é muito bom, me deu base para passar, mais também é

importante se dedicar”. Eliete passou para matemática na Rural e UFRJ. “Sou eternamente grata ao CPV e aos professores. Se cheguei até aqui foi graças aos dois”.

Abertura - A mesa de apresentação do curso foi composta pelos coordenadores-gerais Iaci Azevedo e Francisco Assis e pelos de Educação, Dulce Machado, Chantal Russi e Nilson Theobald. Os dirigentes falaram da importância do curso e do investimento que é feito pelo Sindicato, pois o curso é gratuito e se mantém através da contribuição dos sindicalizados. Iaci e Francisco destacaram a necessidade de se investir principalmente na carreira com programas voltados para a qualificação e a capacitação. Dulce explicou que o Pré-Vestibular do SINTUFRJ busca desenvolver uma educação voltada para a realidade dos trabalhadores. Ela frisou que a educação é o método fundamental do processo social e da reforma, base para o desenvolvimento moral. Nilson ressaltou o investimento da categoria na formação e destacou o excelente nível de qualidade do curso e de seus professores. Chantal foi a mestre de cerimônias e a coordenadora pedagógica, Daniele São Bento, explicou o sistema do curso. Os professores presentes foram apresentados aos novos estudantes.



ADELINA: esperança



ALBERTO: elogios



EUDISON: “Um gás”.



THAÍS passou para melhor



THIARA na UFRJ e Uerj



ALBÉRICO: coragem



A COORDENAÇÃO do SINTUFRJ destacou a importância do curso e o investimento na Carreira



CARLOS: almeja Arquitetura



JONHSON: protesto na aula inaugural